

Fato concreto e depuração abstrativa

Apostila do *Seminário de Filosofia*

Olavo de Carvalho

20 de fevereiro de 2002

Nenhum acontecimento, por mínimo que seja, pode se produzir sem que um número indefinido de acidentes faça convergir para o preciso momento e o preciso lugar em que ele se manifesta as inumeráveis linhas de causas e condições que sustentam sua manifestação.

O acontecimento assim considerado denomina-se *fato concreto*. Concreto vem de *cum+crescior*, designando o crescimento concomitante e convergente desses vários fatores causais.

Graças à superposição dos fatores acidentais, todo fato concreto pode ter, para seus atores e espectadores, uma multiplicidade de sentidos, que se organizam em várias articulações hierárquicas conforme o *ponto de vista*, defini do por sua vez por um determinado *interesse cognitivo*.

Os vários interesses cognitivos, porém, podem ser por sua vez articulados hierarquicamente, segundo critérios de valor. O que tem valor para o personagem envolvido não é necessariamente o que tem valor para o cientista, etc. O ponto de vista dá busca do conhecimento verdadeiro e apodíctico é somente um desses critérios, mas obviamente ele é o único que tem abrangência e fundamento bastante para poder julgar os outros.

Nenhuma ciência estuda fatos concretos. Toda ciência pressupõe um ponto de vista e um recorte abstrativo preliminar. O fato concreto só pode ser objeto de *narrativa*, devendo esta ser completa no que diz respeito aos detalhes sucessivos e simultâneos, mas plurissensa o bastante para evocar a multiplicidade das causas, acidentes e pontos de vista, que só um posterior exame abstrativo tratará de isolar e estudar um a um.

Uma das tarefas essenciais da filosofia é preparar o fato concreto para exame científico, discernindo nele os vários pontos de vista possíveis e julgando-os segundo sua maior ou menor validade em função dos diversos interesses cognitivos. Sem essa depuração, sugestões mais ou menos implícitas na narrativa se filtrarão subrepticamente para dentro enfoque científico adotado, maculando a pureza de linhas do *objeto abstrato* e invalidando as conclusões obtidas de seu estudo.

Toda narrativa de fato concreto é “poética”, no sentido de operar nele um primeiro recorte que não é definido por nenhum interesse cognitivo posterior mas segundo o próprio impacto imediato do acontecimento, considerado enquanto massa de informações e reações vivenciada como experiência humana real.

Nenhum fato concreto seria estudado se não representasse também um problema, e nenhum problema chegaria a ser estudado cientificamente se não fosse também, de algum modo, um problema para a existência humana concreta. A discussão de um problema segundo o interesse cognitivo da existência humana concreta e imediata dos personagens mais ou menos diretamente envolvidos é discussão *retórica*, pois nela predomina o desejo de fazer prevalecer algum ponto de vista definido por interesses individuais das partes em disputa.

Quando algum interesse desse tipo logo prevalece sobre os demais, o fato cessa de ser problema para a comunidade envolvida, consolidando-se em torno dele uma crença coletiva considerada suficientemente adequada para o posicionamento prático de todas as pessoas em torno do assunto. As crenças, por sua vez, são também fatos concretos, podendo por isto mesmo tornar-se problemas, isto é, problemas “de segundo grau”, já não diretamente comprometidos com a existência concreta, problemas para o filósofo.

Seja em torno das crenças, seja dos fatos mesmos, pode acumular-se uma *massa de opiniões* ao menos aparentemente incompatíveis, derivadas do exame do fato desde interesses cognitivos diversos e não articulados uns com os outros. Quando a acumulação dessa massa atinge o *ponto crítico*, isto é, quando as diversas crenças se tornaram fatos e a acumulação desses fatos toma a forma de um conflito geral, a necessidade de articular racionalmente os diversos pontos de vista (e respectivos interesses cognitivos), para

transcendê-los num ponto de vista abrangente capaz de dar conta de todos e arbitrá-los, este é precisamente o momento da entrada em cena do *filósofo*.

O filósofo procede ao exame *dialético* da massa de opiniões, mas não o faz com propósito puramente dialético (impugnar racionalmente esta ou aquela opinião), mas com o propósito de fazer dela, mediante sucessivas depurações dialéticas das crenças envolvidas, um objeto possível de *demonstração científica*.

Assim, evidentemente, o estudo científico de qualquer fato passa necessariamente pelas etapas dos quatro discursos de Aristóteles, seja na mente de um só investigador que as percorra todas, seja ao longo de uma “tradição” de discussões que começa com as narrativas e, mediante sucessivas depurações e estreitamentos dos pontos de vista considerados, termina em conclusões científicas com pretensões de validade demonstrativa.

A filosofia — unidade do conhecimento na unidade da consciência e vice-versa — não poderia, portanto, surgir como ambição e projeto antes da “descoberta do espírito” assinalada por Bruno Snell (dependente por sua vez da dissolução de um universo mitopoético na proliferação dos discursos retóricos). Esta grande ascensão a um ponto de vista superior, definido por um interesse cognitivo superior — o interesse do indivíduo humano considerado enquanto capaz de conhecimento universalmente válido —, foi evidentemente um “salto civilizacional”, abrindo à humanidade européia novas possibilidades não só de concepção e cognição, mas de organização social e política fundada no reconhecimento da (potencial) autonomia cognitiva do indivíduo maduro em face da opinião socialmente vigente.

Muitos sofrimentos e perplexidades registrados na História ocidental desde então derivam de um só problema: todos os indivíduos humanos são virtualmente capazes de autonomia cognitiva, não sendo possível determinar de antemão quais realizarão ou não essa possibilidade; de outro lado, é incontestável que pouquíssimos a realizam (e seu número não parece crescer proporcionalmente, tanto quanto se esperava, com a expansão do acesso aos meios de ensino). Intermináveis discussões de princípios e conflitos *de facto* em torno do “governo dos sábios”, do “governo dos poucos”, do “governo dos muitos” ou do “governo do povo pelo povo para o povo” derivam dessa contradição originária, aparentemente insolúvel. As *castas* não são mais que a distinção de tipos humanos conforme sua participação maior ou menor na realização dessa possibilidade. A não ser na remotíssima e utópica possibilidade de saber de antemão quais indivíduos se tornarão sábios (hipótese que nem mesmo o rigidíssimo sistema hindu de legitimação oficial das castas ousou subscrever integralmente), a distribuição *de facto* das castas numa dada sociedade pode ser considerada, sem erro, um dado empírico bruto, que pode ser descrito mas não “explicado” causalmente. Por isto ela é a base extra-social, ou pré-social, de toda ciência social. Por baixo de qualquer sistema político ou estrutura social de classes, há sempre um sistema de castas, reconhecido ou não. As várias possibilidades de articulação entre o sistema de castas existente *de facto* e o sistema de classes e poderes legitimamente constituído são a base de toda tipologia das estruturas sociais que se pretenda cientificamente válida, isto é, fundada em fatores últimos que transcendem a explicação sociológica.